

# 'Jabuti' impõe conteúdo nacional na exploração de petróleo e gás

Votação no Congresso De última hora

## 'Jabuti' em texto do Mover fixa regra de conteúdo local para petróleo e gás

— Emenda apresentada pelo Solidariedade e apoiada pelo governo e pelo PT estabelece percentuais mínimos por lei; setor teme que a iniciativa afugente novos investimentos

MARIANA CARNEIRO  
BRASÍLIA

O governo Lula apoiou modificação, feita de última hora, no projeto de lei que criou o programa nacional Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e que altera as regras de conteúdo local da indústria do petróleo e gás natural. A emenda estabelece percentuais mínimos fixados em lei para as atividades de exploração, desenvolvimento e escoamento.

**Flexibilidade**  
**O conteúdo local hoje é definido em função das características do projeto e da capacidade da indústria**

to de óleo e gás, o que provocou a reação de representantes da indústria do petróleo.

Hoje, a exigência é feita de acordo com as características de cada projeto e é estabelecida por regras da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Se a emenda for mantida pelo Senado, que ainda vai analisar e votar o projeto do Mover (mais informações nesta página), os percentuais passarão a ser rígidos e fixados em lei.

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, diz que a definição do que é nacio-

nal é feita em função das características geológicas dos reservatórios — se o campo de exploração fica em águas rasas ou profundas, por exemplo. E, também, conforme a capacidade de fornecimento de equipamentos da indústria brasileira.

Por isso, os percentuais variam e são definidos em reuniões técnicas. O uso de serviços nacionais para operações abaixo da linha d'água, por exemplo, pode chegar a 80% dos projetos, dadas as inovações tecnológicas desenvolvidas no País nos últimos anos. A emenda aprovada pela Câmara, porém, não considera essas nuances, adverte Ardenghy.

**POUCO INTERESSE.** A flexibilização das regras ocorreu em 2017, no governo de Michel Temer (MDB), depois de anos de baixos investimentos no setor e pouco interesse de petroleiros em participar dos leilões para a exploração de novas áreas.

"A flexibilização das regras permitiu que projetos importantes que existem hoje, como a produção do pré-sal, que representa mais de 3 milhões de barris/dia, sejam uma realidade. O Brasil não produziria hoje 4,3 milhões de barris/dia se não tivesse chovido essa flexibilidade. Isso é consenso no mercado", diz Ardenghy.

O texto aprovado pela Câmara exige conteúdo local de 20% a 40% para a exploração feita

**Senado adia votação de projeto para a próxima terça-feira**

O Senado adiou para a próxima terça-feira a votação do projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e estabelece a cobrança de 20% de Imposto de Importação (II) sobre compras internacionais de até US\$ 50. A decisão foi anunciada ontem pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Ele também garantiu que a perda de efeito, amanhã, da medida provisória (MP) que criou os incentivos no setor automotivo

em áreas do regime de partilha. Na fase de exploração do petróleo, o percentual mínimo é de 20%. Na fase de desenvolvimento da produção (quando se começa efetivamente a retirada de petróleo e gás em escala comercial), a cota sobe para 30% na construção de poços e para 40% na instalação de sistemas de escoamento.

A emenda fixa ainda quanto destes percentuais deve ser direcionado para bens e para serviços contratados no Brasil. Na caso da exploração feita em áreas de concessão em alto-mar, o conteúdo local exigido varia de 18% a 40%.

Atualmente, segundo Ard-

enghy, os percentuais exigidos nas concessões em alto-mar são menores e variam em média em torno de 25% a 30%.

**'ERRO TÉCNICO'.** "Há um erro técnico de visão e de conhecimento sobre o setor e do que é um projeto de exploração de petróleo e gás. Apoiamos o conteúdo local, achamos justificável, todos os países fazem, mas essa não é a maneira de fazer", diz Ardenghy. "Estão tirando do Ministério de Minas e Energia, do CNPE e da ANP o papel de definir o nível que seja interessante para a indústria do País e, ao mesmo tempo, não inviabil-

ze os próprios leilões."

A Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro) também criticou a inclusão da medida. "Entendemos que não seria este o espaço mais apropriado para tratar de políticas de conteúdo local relativas à indústria de petróleo e gás. Além disso, o texto da emenda traz também propostas que foram superadas a partir da interação entre atores dos setores público e privado ao longo dos últimos anos", disse a Abespetro em nota.

A emenda foi inserida no texto do Mover por iniciativa do líder do Solidariedade, Auro RIBEIRO, do Rio de Janeiro, onde a indústria do petróleo e gás é o principal motor da economia.

Já passava das 23h da terça-feira quando o plenário da Câmara dos Deputados começou a discutir o adendo ao texto do Mover. Parlamentares do Novo e do PL foram contra a emenda, que por sua vez recebeu o apoio do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE).

Partidos de esquerda como PSOL e Rede se posicionaram contra. A medida, porém, foi aprovada por 174 votos favoráveis e 159 contrários.

Com a derrota, a indústria agora se mobiliza para tentar tirar a emenda do texto no Senado, que votará o projeto na terça-feira. "Esse tipo de política tem de ser feita de maneira equilibrada porque pode causar grandes prejuízos", diz Ardenghy. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios Caderno: B Página: 8